



## O CINE PALÁCIO DE JOINVILLE/SC NA CONTEMPORANEIDADE: O IMPROFANÁVEL DE AGAMBEN NA SAGRADA IGREJA UNIVERSAL

*Christiane Heloisa Kalb<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Este artigo analisará como a contemporaneidade vem influenciando um dos patrimônios histórico-culturais da área central da cidade catarinense de Joinville, o Cine Palácio. Esse cinema, que durante a ditadura exibia filmes pornográficos, teve seu uso e função desvirtuados desde 1995, quando se transformou em um local de culto evangélico, a Igreja Universal. Portanto, intenta-se compreender como um local supostamente profano, como era primeiramente o teatro e depois o cinema, principalmente, em razão da exibição de filmes pornô, pode se tornar em um local dito sagrado, perante seus fiéis, através da locação de uma Igreja. A metodologia aplicada foi qualitativa, com pesquisa em acervo bibliográfico, como livros, artigos e jornais, e também em *websites* que tratam do tema. Ocorreram visitas ao Arquivo Histórico de Joinville, no final do ano de 2013 e início de 2014, onde buscou-se informações, dados e depoimentos sobre o Cine Palácio, já que esse objeto é também o tema da tese de Doutorado. Os resultados obtidos até o momento foram a crença de que a sociedade joinvillense tem o desejo de manter a história do Cine Palácio viva, ainda que de forma memorial, e que tenha se transformado em um local dito sagrado, pois a ideia de preservação ainda existe, mesmo após a alteração da função social desse imóvel.

**Palavras-Chave:** Cine Palácio de Joinville. Patrimônio histórico-cultural. Profano-sagrado.

## THE CINE PALACIO OF JOINVILLE / SC IN CONTEMPORARY:IN FRONT THE AGAMBEN'S NO-UNHOLY'S OF THE HOLY CHURCH UNIVERSAL

**ABSTRACT:** This article will examine how the contemporary, through the consumer society, has influenced one of the historical and cultural heritage of the central area of the city of Santa Catarina Joinville, the Cine Palácio. This film, which exhibited during the dictatorship porn movies, had misrepresented their use and function since 1995 when it became a place of evangelical worship, the Universal Church. Therefore, an attempt is made to understand how a supposedly unholy place, as it was the first theater and after the movie, mainly because of the display of porn movies, can become in a place sacred said before his faithful, through the leasing of a Church. The methodology was qualitative, with bibliographic research, such as

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Ciências Humanas, pela UFSC. Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, pela Univille, Joinville. Advogada atuante em Santa Catarina. E-mail: [christianekalb@hotmail.com](mailto:christianekalb@hotmail.com)

books, articles and papers, and also on websites that deal with the subject. There were visits to the Historical Archives of Joinville, in late 2013 and early 2014 where we sought information, data and testimonials about the Cine Palácio, since this object is also the subject of the doctoral thesis. The results so far have been the belief that society joinvillense have the desire to keep the story alive Cine Palácio, albeit memorial form, and that has turned into a sacred site said, because the idea of preservation still exists even after the change of the social function of the property.

**Keywords:** Cine Palácio of Joinville. Historical and cultural heritage. Sacred-profane.

## INTRODUÇÃO

A partir dos efeitos gerados pela contemporaneidade refletidos no patrimônio histórico-cultural edificado do cinema joinvillense, o Cine Palácio, objetivamos entender os impactos desse fato no empoderamento da igreja, como um lugar sagrado, a partir de Agamben e Benjamin sobre o cinema profano, pois durante vinte anos exibiu filmes pornográficos. Além disso, analisar os impactos que geraram não só o edifício patrimonializado, ou seja, suas alterações estéticas, mas também o sentimento de preservação e a memória da população do entorno.

Esta pesquisa é parte integrante do projeto de tese de Doutorado que se propõe a estudar essas mesmas influências urbanizantes não só nos bens tombados relacionados com o cinema da cidade, mas também com outros bens patrimonializados na área central de Joinville.

Além de avaliar as consequências geradas pela contemporaneidade, discutiremos os usos sociais e/ou comerciais do Cine Palácio e, por fim, apresentaremos algumas considerações, ainda preliminares, sobre o tema, já que a pesquisa é incipiente e ainda encontra-se em fase de revisão bibliográfica.

## O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

Para entender o significado de patrimônio cultural, subdivide-se o termo em dois termos. “Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater* famílias, pai de família” (FUNARI e PELEGRINI, 2009, p.10). As línguas românicas usam tal termo para fazer referência aos monumentos herdados de gerações

passadas, valendo lembrar que “em todas estas expressões, há sempre uma referência à lembrança, *moneo* (em latim, “levar a pensar”, presente tanto em *patrimonium* como em *monumentum*). Os alemães usam *Denkmalpflege*, o “cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar”, enquanto o inglês adotou *heritage* [...]” (Idem, p.31), que possui o mesmo significado das línguas românicas.

Conforme entende Carvalho, *et al.* (2008, p. 36)

a noção de patrimônio envolve, em primeiro lugar, um conjunto de posses que cumpre identificar como transmissíveis, em seguida, um grupo humano, uma sociedade, capaz ou suscetível de reconhecê-las como suas, de demonstrar a sua coerência e de organizar a sua recepção, e por fim, um conjunto de valores, políticos no sentido mais geral do termo, que permite articular os legados do passado à espera ou à configuração de um futuro, como o objetivo de promover algumas mudanças e, ao mesmo tempo, afirmar uma continuidade.

E a palavra cultura, que por sua vez, de acordo com Geertz (2008, p.15), é um termo “essencialmente semiótico”. Conceito inspirado em Max Weber, ao afirmar que o homem é um animal amarrado às teias de significado que ele mesmo teceu, Geertz assume “a cultura como sendo estas teias e sua análise [...] não como uma ciência experimental em busca de leis, mais como ciência interpretativa, a procura do significado”. Para Hannah Arendt (1972, p. 265), a cultura origina-se de *colere*, cultivar, habitar, tomar conta, criar e preservar e relaciona-se com o trato humano com a natureza. A palavra então indica uma atitude de carinhoso cuidado e se coloca em aguda oposição a todo esforço de sujeitar a natureza à dominação do homem. Contudo, cientes das implicações que o conceito abriga, retenhamos por agora o que se lê em Chartier (2008, p.23)

De la proliferación de acepciones de la palabra cultura, retengo una, aunque provisoria: aquella que articula las producciones simbólicas y las experiencias estéticas sustraídas a la urgencia de lo cotidiano, con los lenguajes, los rituales y las conductas gracias a los cuales una comunidad vive y reflexiona su vínculo con el mundo, con los otros y con ella misma.

Dessa forma, tal conceito abrange as escolhas feitas pelas comunidades, onde vivem e se reflete no patrimônio. Afinal, os humanos são produtores de cultura e a identidade cultural circunscrita em determinado espaço-tempo é o seu patrimônio cultural. O patrimônio cultural de um país, estado ou cidade “está constituído por

todos aquellos elementos y manifestaciones tangibles o intangibles producidas por las sociedades, resultado de um proceso histórico em donde la reproducción de las ideas y del material se constituyen em factores que identifican y diferencian a esse país o region” (FERNANDEZ e GUZMAN RAMOS, 2004, p. 102).

Agamben, em entrevista Peppe Salvà (2012), esclarece que o passado não é, pois, apenas um patrimônio de bens culturais, de tradições, de memórias e de saberes, mas também e principalmente um componente antropológico, que só pode ter acesso ao presente olhando, de cada vez, para o que ele foi, ou seja, para o passado. Daí nasce a relação especial com as cidades, às suas obras de arte, à sua paisagem. Apesar dessa relação ser mais intensa nos países europeus, acredita-se que aos poucos esse desejo vem se desenrolando em outros continentes. Assim, continua Agamben (2012, web) mais especificamente sobre o patrimônio cultural europeu,

não se trata de conservar bens mais ou menos preciosos, entretanto exteriores e disponíveis; trata-se, da própria realidade da Europa, da sua indisponível sobrevivência. Neste sentido, ao destruírem, com o cimento, com as autopistas e a Alta Velocidade, a paisagem italiana, os especuladores não nos privam apenas de um bem, mas destroem a nossa própria identidade. A própria expressão “bens culturais” é enganadora, pois sugere que se trata de bens entre outros bens, que podem ser desfrutados economicamente e talvez vendidos, como se fosse possível liquidar e por à venda a própria identidade.

Convém lembrar aqui Pierre Nora (1993) que afirma o seguinte: à medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe qual “tribunal da história”.

Nora mostra nessa afirmação a tentativa de museificação do mundo, como dispõe Agamben (2007), quando todas as formas institucionais que determinavam a vida vão se retirando para o museu. Lugar onde se transfere, a arte, a política e a religião, essa última que há muito já estava nos museus. Todas essas formas de entender e classificar a vida humana são consideradas originais e definitivas, devendo ser separadas do resto do mundo. O mundo profano onde se vive a experiência, onde há a potência do ato. Havendo a impossibilidade de se fazer a experiência, essas formas morrem, param no tempo, aí se vê a realização do ato.

Assim, a memória do bem cultural, hoje parado na experiência, vez que tombado e transformado em uma igreja, que aqui se pretende estudar, ou seja, o CinePalácio, é um bem imaterial, pois trata-se de um “retrato da nação que termina por se identificar à cultura trazida pelos colonizadores europeus, reproduzindo a estrutura social por eles aqui implantadas” (FONSECA, 2009, p.64). Afinal, quando a colonização europeia começou a formar o centro de Joinville, traziam sua cultura e meios de construção, o que acabou por identificar a cidade como sendo de origem germânica.

Funari e Pelegrini (2009) alertam sobre a preocupação que devemos ter com nossas cidades, e concluem que “a valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reabilitar os centros históricos, na atualidade, constituem premissas básicas dos debates sobre o desenvolvimento sustentável nas cidades latino-americanas, pois esses centros representam a síntese da diversidade que caracteriza a própria cidade”, reabilitando e potencializando os conceitos de identidade coletiva e conservação do patrimônio cultural daquela sociedade, sob os auspícios da representação da cidadania. Meneguello (2000, p.1) descreve essa situação da seguinte forma:

A preservação dos antigos centros ou de partes da cidade, seja no Brasil ou no exterior, exige a revisão de conceitos fundamentais como a preservação do patrimônio, o novo uso conferido às áreas preservadas e, especialmente, as diferentes interpretações do passado histórico urbano. Seja pelo fato de estas áreas terem admitido diferentes utilizações em função do crescimento das cidades, seja pelos usos que edifícios tombados assumem dentro da trama urbana hoje, é difícil tratar a questão em toda sua complexidade se optarmos por um olhar nostálgico que valorize apenas a preservação per se.

Partindo dessas premissas que Agamben, Meneguello, Funari e Penegrini apresentam sobre a preservação, não só de bens culturais individualizados, mas também de áreas citadinas, discutiremos agora alguns pontos sobre o percurso do cinema na cidade de Joinville e especialmente, do Cine Palácio, os seus usos profanos e atualmente o uso *sagrado*.

## **O CINEMA EM JOINVILLE**

O Cine Palácio tem uma história interessante. Foi inaugurado em 1917, com o nome de Theatro Municipal Nicodemus, passando a se chamar, em 1934, Palace Theatro. Somente em 1943 recebe o nome de Cine Palácio, como é conhecido até hoje. Esse bem foi tombado em 2003, por meio de oito processos administrativos, dentro do procedimento de Tombamento Municipal.

Importante lembrar que, conforme Guedes (2001, p. 25), até início do século XX existiam somente teatros, ainda que ambulantes, para divertir a população da cidade. Eles eram improvisados com tábuas resistentes sobre cavaletes baixos e as peças eram, normalmente, encenadas em alemão, de acordo com Herkenhoff (1989). E não eram poucos: “Congresso Joinvillense”, “Clube União”, “Clube Republicano”, “Zum Guten Abend” e a “Harmonie-Gesellschaft”, citando alguns deles. Os teatros musicais eram o “Guarany”, o “28 de setembro” e a “Lyra”, hoje chamado de Harmonia Lyra, ainda em funcionamento para espetáculos culturais. Percebe-se assim a importância dos salões para as apresentações teatrais, as organizações de bailes e os concertos na cidade de Joinville no fim do século XIX e início do século XX.

Com a chegada do cinema a partir de 1900, as companhias que projetavam o filme levavam os equipamentos e os filmes para as diversas cidades, mesmo que em péssimas condições e, em sua maioria, ainda mudos, os quais eram acompanhados de orquestras, som de piano, cantores ou dubladores. O cinema era a sensação e o mais novo símbolo da modernidade, conclui Guedes (2001, p. 27).

As primeiras exhibições de cinema eram ambulantes, exibidos em salões de dança ou lugares públicos. Em 1907, a imprensa joinvillense anunciava a vinda do Cinematographo, utilizado pela primeira vez no Salão Berner. Somente 4 anos após o cinema itinerante é que se instala o primeiro cinema definitivo em Joinville, da empresa cinematográfica Guarany. Nesses ambientes era permitido fumar, o que causava revolta anunciada na imprensa local “só compreende quem lá esteve [...] por três longas horas sob uma atmosfera impregnada pela fumaça dos charutos e cigarros”, expunha Ficker (2008, p.379).

O construtor do edifício do Cine Palácio conseguiu junto à Prefeitura isenção de impostos durante a construção do edifício, pois alegou em seu requerimento que

o Theatro seria de uso e gozo de utilidade pública (GUEDES, 2001, p.29). O que realmente o foi durante muito tempo.

O imóvel está localizado na Rua XV de Novembro, esquina com Rua Dona Francisca, no centro a cidade de Joinville. O Autor do Projeto foi o Arquiteto Keller, da empresa Keller e Cia Ltda., e a execução da obra foi do Sr. Francisco Nicodemos, primeiro empreiteiro de obras de Joinville (FICKER, 2008).

A área total do prédio era de 11.675,00 m<sup>2</sup> até 1925, quando o Teatro foi vendido, em razão da falência de Francisco Nicodemos, para o Sr Van Biene. Alguns anos após a venda, a área do cinema foi sendo partilhado (desmembrado) em pequenas lojas de comércio. Na figura 1 visualizamos como o edifício era no início do século XX.

Figura 1 – Cinopalácio, 1917.



Fonte: Acervo Arquivo Histórico de Joinville, Envelope: Sociedades, cinemas, teatros e clubes, n. 144. 2014.

Além de filmes, o Theatro fazia apresentações de teatro, música, balé, dança, patinação e atividades beneficentes, conforme expõe Beckmann, entrevistado por Guedes (2001, p. 35).

*Antes de eu falar de filme que marcaram época ali, irei falar dos bailes carnavalescos, que eram tradicionais ali, a entrada era muito popular, barata e iam todos aqueles que não podiam ir para outras sociedades, e era público, não era sociedade. As pessoas se deslocavam através de bicicleta, a pé, e havia poucos ônibus. [...] quando tinha filmes bons, enchia de bicicletas, sendo até que Joinville começa a ser vista como a cidade das bicicletas. [depoimento]*

A partir de 1938, quando mudou de nome, o Cine Palácio dividia o público com outro cinema, o Cine Rex. No período da 2ª Guerra Mundial os filmes eram mais leves, como o romance Romeu e Julieta, e as comédias de Charles Chaplin, que vinham das empresas MGM e Paramount, para tentar amenizar as preocupações da sociedade com a guerra, acredita Guedes (2001, p. 40). O Cine Palácio era um dos únicos meios de entretenimento, até início da década de 1940, que havia na cidade até a chegada de outros cinemas (como Cine Colon, Cine Rex) um pouco mais tarde e dos shoppings centers, a partir da década de 1990 e a construção de outros teatros, como o Centreventos que integra o Teatro Juarez Machado, em 1998.

A figura 2 mostra uma das enchentes que atingiu esse bem, na década de 1940, fato que veio a se repetir diversas outras vezes, permanecendo vulnerável a estas intempéries até os dias atuais. Este problema é bastante comum para Joinville, já que a cidade é cortada por vários rios em toda a sua extensão.

Figura 2 – Inundação no entorno do CinePalácio, década de 1940



Fonte: Acervo Arquivo Histórico de Joinville. (n. 246, 2014).

O novo dono, Alberto Van Biene, adquiriu o prédio na década de 1925, comprando-o do Sr. Nicodemos. A partir de 1965, os filhos do Sr. Biene construíram pequenas lojas anexas ao Cine Palácio, momento em que se iniciou o processo de descaracterização estética do prédio. Na fig. 3 visualiza-se a grande diferença, em comparação às figs. 1 e 2, onde já se pode avistar as lojas anexas ao prédio em seu lado direito, ainda hoje existentes.



Figura 3 – O Theatro, já convertido em cinema, aproximadamente no ano de 1965.



Fonte da imagem: Arquivo pessoal de Vilson Voigt/Joinville-SC.

Ao contrário de muitas cidades brasileiras, onde a igreja matriz é o que domina a paisagem da praça central, em Joinville era diferente. O cinema Cine Palácio juntamente com o centro esportivo são até hoje o ponto central da cidade, formando o cartão-postal mais famoso na época. Essa imagem pode ser vista abaixo, na figura 4.

Figura 4 – Praça da Bandeira, déc. de 1960.



Fonte: Guedes (2001, p.45)

De 1964 até 1984 o Brasil sofreu com a fase da ditadura militar e, conseqüentemente, com a censura ideológica, o que se refletiu, sobremaneira, no cinema. Nesse período, o Cine Palácio é marcado por exibir filmes pornôns como a única saída para sobreviver ao abandono das telas. Foram vinte anos de exibição pornográfica, que ficaram marcadas em sua memória.

A partir da década de 80, tanto no Brasil como mundialmente, os cinemas têm certa baixa em razão dos videocassetes, da comercialização massificada de televisores e também com o surgimento (sobretudo a partir da década de 90) dos shoppings centers. Nessa época havia três cinemas em funcionamento da cidade. O Cine Palácio, que ainda exibia produções pornográficas, o Cinema Colon, que fechou em 1983, após um incêndio, e o Cine Chaplin, que mantinha a concorrência direta com o Cine Palácio.

Em 1991, o concorrente Cine Chaplin fecha as portas, enquanto o Cine Palácio divide-se em duas salas. Em 1992, é inaugurado o primeiro shopping de Joinville, chamado de Shopping Cidade das Flores e, três anos depois, em 1995, o Cine Palácio se rende a sociedade de consumo e se torna *sagrado*.

O CinePalácio foi alugado pela Igreja Universal do Reino de Deus, que utiliza praticamente todo o edifício para seus cultos. Porém, no fim desse mesmo ano (1995) o cinema fecha por completo as portas que ainda funcionava numa entrada alternativa à da igreja (GUEDES, 2001). Os novos cinemas com estruturas mais confortáveis, ar condicionado e som estéreo fizeram a diferença.

Mas não é só isso. Pergunta-se o que leva os proprietários de um bem cultural tombado, como é o Cine Palácio, a alugar sua propriedade a uma igreja? Poderia ser outro locatário, obviamente, mas a resposta seria: a necessidade de dinheiro? Agamben (2012) diz que é preciso tomar ao pé da letra a ideia de Walter Benjamin, quando afirma que o “capitalismo é, realmente, uma religião, e a mais feroz, implacável e irracional religião que jamais existiu, porque não conhece nem redenção nem trégua. Ela celebra um culto ininterrupto cuja liturgia é o trabalho e cujo objeto é o dinheiro”. O Dinheiro se torna e substitui Deus.

Após descrever a trajetória do cinema em Joinville, particularmente do Cine Palácio faz-se necessário analisar o uso social desse bem inicialmente *profano*, cheio de experiência que veio a se tornar uma igreja *sagrada* visando o dinheiro.

## **O CINEMA PROFANO VERSUS A IGREJA SAGRADA**

Esse estudo não poderia se fixar somente sob o olhar das questões do patrimônio cultural e da história desse bem imóvel delimitado, o CinePalácio, portanto, abrange questões mais profundas que envolvem o entorno e o uso desse

bem. Correlaciona-se o desenvolvimento da cidade como um todo às novas discussões que surgem a partir da urbanização, como a paisagem urbana destinada ao turismo, a necessidade de se formar (ou criar) uma identidade e ainda, não menos importante, a discussão do meio ambiente urbano.

Desta forma, verificar a legitimidade das instituições públicas (Fundação Cultural e Prefeitura) envolvidas no gerenciamento desse bem, em face da população urbana que vive e usa esse bem e o entorno do patrimônio, é atitude que faz submergir certos processos políticos de tomada de decisões, que nem sempre é acessível a todos. Atualmente, o Cine Palácio se encontra conforme a fig. 5, praticamente apagado ao lado de um gigante espelhado do comércio, que abafa a beleza estética do bem tombado.

Figura 5 – CinePalácio atualmente, 2014.



Fonte: Google Imagens(2014).

Como já dito anteriormente, desde meados da década de 1990 o Cine Palácio foi alugado pela Igreja Universal (IURD), que corresponde a terceira onda do pentecostalismo ou da era neopentecostal, onde o “espírito prospera”, de acordo com Pich (2009, p. 132). Portanto, deixou de ser teatro/cinema em meados da década de 1990, quando da chegada dos shoppings centers a cidade.

Alguns teóricos discutem as possíveis reutilizações de bens tombados, e Choay (2006, p. 219) apresenta uma forma de reintegrar um edifício desativado,

como é o caso do Cine Palácio, sendo usado por uma igreja, a um uso normal, podendo subtraí-lo a um destino de museu. Contudo, ela entende que seria a reutilização mais paradoxal, audaciosa e difícil de valorização do patrimônio. Assim, lembrando Riegl e Giavannoni, citados por Choay, o monumento seria poupado dos riscos do desuso e do abandono para ser exposto ao desgaste e usurpações do uso. Por isso, antes de mais nada, é interessante levar em conta o estado material/físico do edifício e realizar uma avaliação do fluxo de usuários potenciais para então escolher, com seriedade, o melhor destino, sem que acabe por ser inviável economicamente.

Por isso, se questiona, até que ponto, o uso por uma igreja pode ser “errado” ou desconfigurado do real objetivo inicial do imóvel, ou seja, ser um cinema. Afinal, se está longe de uma preservação ideal dos bens tombados na cidade de Joinville, mas isso não é exclusividade da maior cidade do Estado de Santa Catarina (em população), é uma constante. Diversas cidades sofrem com o descaso das autoridades competentes e da própria população, que não se interessa por sua história nem pensa em salvaguardar sua memória.

Alguns teóricos da contemporaneidade podem vir a responder algumas das questões que envolvem esse bem.

E um desses teóricos, apesar de não contemporâneo, é Walter Benjamin, que acreditava, inspirado em Weber<sup>2</sup> - A ética protestante e o espírito do capitalismo -, que o capitalismo é a religião da modernidade (BENJAMIN, 1921). Portanto, Benjamin nega que a modernidade-capitalista tenha abolido o universo religioso. Ao contrário, é essa religião que responderia às mesmas dúvidas e preocupações que as religiões tentavam responder, contudo, essa religião se alimenta da culpa dos indivíduos, sendo o dinheiro sua maior motivação e o sentimento de dívida associado ao pecado. Tanto que a palavra alemã *Schuld* significa duplamente dívida e culpa, conforme Löwy (2013, p. 3). Agamben no mesmo sentido explica essa duplicidade

A chave dessa captura da vida no direito é não a sanção (que não é certamente característica exclusiva da norma jurídica), mas a culpa (não no sentido técnico que este conceito tem no direito penal, mas aquele original

---

<sup>2</sup> Weber acreditava, contudo, que o capitalismo possuía origens religiosas. Sua teoria era baseada na religião calvinista norte-americana.

que indica um estado, um estar-em-débito: in culpa esse), ou seja, precisamente o ser incluído através de uma exclusão, o estar em relação com algo do qual se foi excluído ou que não se pode assumir integralmente. A culpa não se refere à transgressão, ou seja, à determinação do lícito e do ilícito, mas à pura vigência da lei, ao simples referir-se a alguma coisa. (AGAMBEN, 2002, p. 34)

Löwy (2013) diz que Benjamin não explica como há semelhanças entre as práticas econômicas capitalistas com o culto religioso, mas lembra que o autor utiliza o termo *adorador* assemelhado ao de *consumidor*. Dessa forma, sendo uma religião cultural, não conhece dogmas, nem a teologia (BENJAMIN, 1921). O interessante é constatar que a Igreja Universal (IURD), locatária do espaço tombado, é uma igreja que não possui, da mesma maneira que a *religião* capitalista, dogmas. Já que conforme Pich (2007, p. 132)

A afirmação do mundo pelo neopentecostalismo implica a sacralização da imanência, entretanto, conforme podemos derivar dos aspectos destacados por Mariano, o corpo e o **dinheiro se tornam as principais referências para a materialização** desse processo. (grifei).

Assim, para a religião neopentecostal, “o dinheiro, enquanto potência divina imanentizada e fruto do agir produtivo, é o mais importante sacrifício que deve ser feito, mediando as relações entre o humano e o divino”, conforme Pich (2009, p.6). Desse modo, no momento do “pagamento” do dízimo e das ofertas dados à igreja, estamos quitando nossa dívida com Deus. Mas essa dívida é permanente, nunca se paga, nunca se quita por completo. Por isso a necessidade de sempre estar nos sacrificando materialmente em prol de amenizar nossa culpa.

Agamben (2007, 2010, 2004, 2009, 2012, 2002), no mesmo sentido, entende que a primazia do econômico na modernidade só se explica sob o olhar teológico, a partir da tradição cristã. É a secularização do mundo moderno, onde o sagrado desapareceu da vida das pessoas, contudo, ele permanece como natural, dentro das questões econômicas.

Nesse sentido, no texto “Elogio da Profanação” (AGAMBEN, 2007), o termo profanação refere-se originalmente a “tirar do templo onde algo foi posto ou retirado inicialmente do uso e da propriedade dos seres humanos”. Profanar significa assim, tocar no consagrado para libertá-lo e libertar-se do sagrado, por meio do sacrilégio, do uso ou de um reuso incongruente do sagrado, portanto, é um jogo. A religião, por

sua vez, subtrai coisas, lugares, animais ou pessoas ao uso comum e as transfere para uma esfera separada. Essa subtração ocorre através de um sacrifício. A religião, e portanto, *religio* não é o que une homens e deuses, mas o que cuida para mantê-los distintos; é o jogo que transforma o sagrado em profano e vice-versa, não coincide com a esfera utilitarista. E esse jogo da profanação está em decadência, vez que o homem moderno não mais sabe jogar. Assim, busca desesperadamente o eterno retorno, da festa perdida, do retorno ao sagrado e aos ritos, sendo uma secularização de uma intenção inconsciente religiosa.

Nessas palavras podemos começar a entender o que acontece com o Cine Palácio, objeto de nosso estudo, hoje locado pela Igreja Universal.

O cinema era um bem profano, de uso e função comuns a todos os humanos. Até mesmo com a exibição de filmes pornográficos, mostrando um uso ainda mais *profano*, quiçá libidinoso, que o cinema comum. Após sua consagração perante e através da Igreja Universal, tornou-se um local de culto sagrado. Porém, um lugar de culto sagrado sem dogmas e, portanto, sem teologia. Um lugar de culto ao dinheiro. E ainda a partir de Pich (2009, p.152) é interessante frisar que o econômico está imbricado na religião e vice-versa, pois

Se entendermos (como é a postura mais comum no meio acadêmico) que as igrejas neopentecostais são meros “mercados da fé”, tornamos a relação entre religião e economia uma relação funcional. Se, assumimos como uma das tarefas de investigação, como nós pretendemos, explorar as relações complexas, as imbricações entre religião e economia na modernidade, essa relação não pode ser meramente de caráter funcional.

Assim, além de se ligar diretamente ao dinheiro como forma de salvação, é uma igreja que se volta à política. Conforme Schmitt (1923), a igreja neopentecostal e mais particularmente se nos lembrarmos que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), é aquela que maior fidelidade consegue dos seus membros nos pleitos eleitorais (PICH, 2009, p.130). E ainda chama a atenção ao fato de seus fiéis vislumbrarem seus bispos como legisladores ou magistrados absolutos, numa forma de política verticalizadora, muito próximo à visão de Schmitt (1922) em sua Teologia Política.

Agamben (2007) apresenta a “profanação do improfanável”, como tarefa política da comunidade que vem, ou seja, a busca incessante em libertar os homens

da asfixia consumista da religião capitalista, de afastar da sacralização, do eu soberano de Descartes e chamar a atenção para o obscuro, o pré-individual da vida de cada um. Onde não há mais diferença entre o sagrado-profano, divino-humano, já que com a religião capitalista realiza-se na pura forma da separação, sem mais nada a separar.

Desta forma, a partir da esfera do consumismo, a fase extrema do consumismo que estamos vivendo é o espetáculo – as democracias contemporâneas, onde o poder em seu aspecto glorioso se torna indiscernível com relação à *oikonomia* e ao governo (AGAMBEN, 2011). O culto em forma de espetáculo é o que se assiste em Igrejas Evangélicas, como é o caso da Igreja Universal. O espetáculo e o consumo são as faces de uma única impossibilidade de usar, assim tornando-se impossível profanar.

O consumo, a partir do cânone teológico, é a destruição da coisa, sendo impossível ou negado o seu uso, que pressupõe que a substância da coisa permaneça intacta. O uso é sempre relação com o inapropriável, pois não pode se tornar objeto de posse. A infelicidade está atrelada a isso, já que os consumidores incorporam em si os objetos não-usáveis, mas acreditam que exercem o poder e o direito de propriedade sobre os mesmos, se tornando incapazes de profanar (AGAMBEN, 2007).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das análises de fundo patrimonial, histórico e, posteriormente, teológico, podemos compreender que o Cine Palácio ultrapassou as barreiras da modernidade. Teve seu uso alterado a partir da locação de seu espaço por uma igreja evangélica neopentecostal, invertendo seu potencial profano em um ambiente sagrado.

Agamben (2007) entende por esse fato a museificação do mundo, já mencionado no primeiro item. Afinal, todas as potências espirituais que definiam a vida humana – arte, filosofia, religião, ideia de natureza, política – retiraram-se para o museu. É o local onde se transfere tudo que era percebido como verdadeiro e decisivo para um lugar separado, nesse caso, para o museu, podendo haver a separação de uma cidade inteira, como ocorre com cidades ou bairros tombados. É

a impossibilidade de usar, de habitar, de fazer experiência. Também conhecida pelos estudiosos do patrimônio e arquitetura por gentrificação.

A experiência de um objeto, quando tombado, é assim museificado, e morre. Pois a experiência é a potência do ato. No momento em que se museifica, se realiza o ato e deixa de correr livremente, portanto a originalidade morre. E a oportunidade dos indivíduos se autocriarem desfalece. Esses lugares, e acredito que o Cine Palácio está aqui bem representado, são os locais onde o capitalismo e a religião são análogos, assim, dentro do museu, são feitos os “novos” sacrifícios, que antes ocorriam somente no templo sagrado.

Haveria muito mais a dizer, porém prefiro não cansá-los demasiado. Além disso, parando aqui, evito aumentar a inevitável margem de erro implicada em cada tentativa de detalhar verbalmente o que, sendo prática de pesquisa, ainda não está maduro para uma apresentação discursiva. O que ocorrerá, eu *rezo* para isso, durante o processo de escrita da tese.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O futuro e a crise. **La Repubblica**. Trad Selvino Assmann, fev, 2012.

\_\_\_\_\_. Profanações. **Elogio da profanação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.65-79.

\_\_\_\_\_. Da teologia política à teologia econômica. Entrevista. Trad Selvino Assmann. **Interthesis**, Florianópolis, UFSC. v. 2 n. 2 jul./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Deus não morreu. Ele tornou-se dinheiro**. Trad Selvino Assmann. IHU (Ragusa News. Entrevistador: Peppe Salvà), ago. 2012.

\_\_\_\_\_. **O reino e a glória**. Uma genealogia teológica da economia e do governo. Homo sacer II 2. Trad Selvino Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011, p.7-29.

\_\_\_\_\_. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BENJAMIN, Walter. O capitalismo como religião. Trad Jander Araujo. **Revista Garrafa**, n. 23, jan./abr. 2011. [4p, 1921].



CARVALHO, Claudia S. Rodrigues, *et al.* **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

CHARTIER, Roger. **Escuchar a los muertos con los ojos**. (Trad.) Laura Fólica. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, 2006.

FERNANDEZ, Guillermina; GUZMAN RAMOS, Aldo. El patrimonio industrial-minero como recurso turístico cultural: el caso de un pueblo-fábrica em Argentin. **PASOS / Revista de turismo y patrimonio cultural**, Buenos Aires, Argentina, v. 2, p. 101-109, 2004.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**: crônica da Colônia Dona Francisca. 3.ed. Joinville: Editora Letradágua, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (org) **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo A. e PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. **Cine Palácio fragmentos da história do cinema em Joinville**. Joinville: Editora: Univille, 2001.

HERKENHOFF, Elly. **Joinville**: Nosso teatro amador 1858-1938. Joinville: Arquivo histórico de Joinville, 1989.

IBAPE. Análise e vistoria de imóveis tombados em Joinville – SC. XVII Cobreap - CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS (COBREAP), 17. Joinville, SC: IBAPE/SC – 2013.

LÖWY, Michael. **O capitalismo como religião**. Disponível em: <[http://boitempoeditorial.com.br/livro\\_completo.php?isbn=978-85-7559-329-5](http://boitempoeditorial.com.br/livro_completo.php?isbn=978-85-7559-329-5)>. Acesso em: 2013.

MENEGUELLO, Cristina. A preservação do patrimônio e o tecido urbano. **Arquitextos**, Texto Especial, n. 008. São Paulo, Portal Vitruvius, ago. 2000. Disponível em: <[www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp008.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp008.asp)>. Acesso em: set. 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: n. 10, p. 7-28, 1993.

PICH, Santiago. **Extra corpus nulla salus**: a encruzilhada entre corpo, secularização e cura no neopentecostalismo brasileiro. Orientador: Selvino Assmann. Co-orientador: Alexandre Fernandez Vaz. (Doutorado) interdisciplinar em ciências humanas. UFSC, 2009. 428 f.

SCHMITT, Carl. **Catolicismo romano e forma política**. Lisboa: Hugion Editora, 1990 (1923).

\_\_\_\_\_. **Teologia política**. Cap. 1 e 3. Belo Horizonte: Del Rey, 2006 (1922).

UNESCO, Centro del patrimonio mundial de la. **Carpeta de informacion sobre el patrimonio mundial**. Paris: UNESCO, 2005.

**Artigo recebido em: 20/08/2014**

**Artigo aprovado em: 28/11/2014**